

## ARTIGO

### **ANTÔNIO CARLOS PACHECO E SILVA:**

EUGENIA, RAÇA E A LIGA PAULISTA DE HIGIENE MENTAL,  
1926-1950

GUSTAVO QUERODIA TARELOW

Historiador, Doutor em Saúde Coletiva pela FMUSP e Mestre em História Social pela FFLCH-USP. Atualmente é Pesquisador do Museu Histórico da FMUSP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2360-3731>

ANDRÉ MOTA

Historiador, Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP. Atualmente é professor livre-docente da FMUSP e Coordenador do Museu Histórico da FMUSP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5697-8628>

**RESUMO:** Fundada em 1926, a Liga Paulista de Higiene Mental conduziu uma série de ações e campanhas a partir de concepções de teor eugênico e racista. Sua atuação transcendia os limites dos muros manicomiais e tinha como objetivo central se tornar peça importante na organização e normatização da sociedade. Nesse processo, o médico Antônio Carlos Pacheco e Silva teve um papel proeminente, dada a sua atuação destacada na defesa dos valores eugênicos e na articulação entre o movimento pela higiene mental e os poderes públicos. Nesse sentido, este artigo acompanha o modo como se entrelaçaram aspectos contextuais e pessoais produzindo ideias e práticas que marcariam a especialidade médica psiquiátrica paulista no segundo quartel do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Higiene mental. Antônio Carlos Pacheco e Silva. Eugenia.

## **ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA:**

EUGENICS, RACE AND THE MENTAL HYGIENE LEAGUE OF SÃO PAULO, 1926-1950

**ABSTRACT:** The Mental Hygiene League of São Paulo, founded in 1926, produced a series of actions and campaigns based on eugenic and racist conceptions. Its performance transcended the limits of asylums walls and its central objective was become an important part in the organization and regulation of society. Moreover, the physician Antônio Carlos Pacheco e Silva has played a prominent role in this process, given his outstanding performance in the defense of eugenic values and in the articulation between the movement for mental hygiene and the public authorities. In this sense, this article analyzes the way in which contextual and personal aspects were intertwined, producing ideas and practices that would mark the psychiatric medical specialty of São Paulo in the second quarter of the 20th century.

**KEYWORDS:** Mental Hygiene. Antônio Carlos Pacheco e Silva. Eugenics.

Recebido em: 07/07/2022

Aprovado em: 08/09/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v75p148-168>



## Introdução

Mesmo dirigindo um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil, o médico Antônio Carlos Pacheco e Silva atuou com afinco para que a psiquiatria e as suas ações profissionais não ficassem restritas aos limites impostos pelos altos muros dos manicômios. Isso não significa que ele em algum momento tenha encabeçado um movimento em prol de tratamentos pautados pela reintegração dos pacientes na comunidade. Muito pelo contrário. A grande força motriz de suas ações foi o desejo de fazer da Psiquiatria uma especialidade médica tão largamente respeitada por sua “excelência científica” que seria chamada a contribuir para a organização e normatização da sociedade. Nesse sentido, sua primeira ação de intervenção no social foi no interior de um movimento originado dentro do campo teórico e metodológico da Psiquiatria que ficou conhecido como *higiene mental*, assumindo lugar proeminente na institucionalização da Liga Paulista de Higiene Mental, expressando concepções de teor eugênico e racista e dialogando com outras esferas do pensamento intelectual de São Paulo (TARELOW, 2020).

Nessa direção, o argumento de que na América Latina houve particularidades nacionais na formulação e na prática do discurso eugenista refutando uma versão copiada das teorias europeias e estadunidenses (STEPAN, 2005) vale também para a análise dos regionalismos do país. Nesse caso, em São Paulo especialmente, é importante ressaltar que se forjaram particularidades de um pensamento de forte teor racista e restritivo, o que culminou numa larga defesa da hierarquização humana, atacando o lamarckismo e apoiando o mendelismo. Posições desse quilate foram extensamente defendidas e discutidas por uma parte da intelectualidade paulista, mas pouco tratadas por analistas contemporâneos, o que acabou redundando num certo acomodamento da questão quando referida a alguns pensadores que assumiram a defesa dos pressupostos eugênicos, chamando atenção um certo “apagamento da História” de grandes participantes de tais teorias e que com o tempo foram sendo esquecidos, como se houvessem dado apenas incentivos pontuais ao segregacionismo e à limpeza racial brasileira (DIWAN, 2003).

Foi a partir desses objetivos e com a legitimidade forjada pelos postos que ocupou e por suas publicações científicas que Pacheco e Silva adentrou o campo político. Fosse em atividades mais imediatamente identificadas com as práticas psiquiátricas ou em ações em agremiações que, *a priori*, não parecem se relacionar diretamente com o espaço de atuação dos esculápios, tornou-se um político que atuou sob a rubrica do “especialista” na mente e no comportamento humano. O eixo central deste estudo acompanha o modo como se entrelaçaram aspectos contextuais e pessoais produzindo ideias e práticas que marcariam a especialidade médica psiquiátrica paulista e seu campo de ação frente ao que chamavam de “degeneração racial”, amplamente divulgadas pela Liga Paulista de Higiene Mental, acreditando na incorporação dos pressupostos eugênicos como basilares para se pensar uma alternativa civilizatória no contexto da pós-abolição, da imigração e da urbanização.

### **A Liga Paulista de Higiene Mental: eugenia e raça em pauta**

O conjunto de atividades em prol da chamada *higiene mental* teve origem nos EUA, tomando corpo institucional pela fundação da Sociedade de Higiene Mental de Connecticut em 1908. Entre os objetivos dos psiquiatras higienistas, estavam a prevenção de doenças mentais e a “educação eugênica” da população, visando reduzir as internações psiquiátricas e promover a saúde mental. Entretanto, na prática, a *higiene mental* buscou ditar comportamentos, pautar políticas públicas reacionárias e atuar na educação pública para garantir determinado *status quo*. No Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi fundada em 1923, no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, que difundiu os ideais higienistas fomentando a criação de ligas estaduais (subordinadas à nacional) a partir de 1926 (ALBERTINI et al., 2007, p. 395). Nesse ano, formou-se a Liga Paulista de Higiene Mental (LPHM), sendo Antônio Carlos Pacheco e Silva seu primeiro presidente. Atuando na sucursal paulista, Pacheco e Silva contribuiu para a reorientação das atividades do higienismo mental no Brasil.

Como apontou Jurandir Freire Costa (1978, p. 46):

Até 1926, a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos eram concebidas como atividades que os psiquiatras exerciam no interior dos estabelecimentos psiquiátricos. Durante este período, os psiquiatras não compreendiam, de modo algum, a prevenção da doença mental como uma extensão dos cuidados psiquiátricos às pessoas *normais*. A prevenção fazia-se na medida em que a assistência aos doentes era melhorada através das reformas dos serviços psiquiátricos e aperfeiçoamento profissional dos psiquiatras, enfermeiros e monitores de higiene mental. Esta orientação só muda a partir do momento em que tal ação será inútil, se não se ensinar ao indivíduo como adquirir e preservar a saúde mental. Sobretudo a partir de 1926, os psiquiatras começam a anunciar suas novas concepções de prevenção. Eles pretendiam tornar a prevenção psiquiátrica similar à prevenção em Medicina orgânica [...]. Esta transformação, no entanto, não tinha nada de fortuita. A Liga Brasileira de Higiene Mental justificava sua nova prática apoiando-se na noção de eugenia. Para os psiquiatras, a mudança imposta aos programas de higiene mental era uma decorrência natural dos progressos teóricos da eugenia. Era esta noção, portanto, que caucionava, *cientificamente*, a invasão do campo social pela higiene mental.

Nesse sentido, se por um lado buscavam modelar o que entendiam por indivíduos saudáveis, por outro e com mais afinco, os objetivos da Liga procuravam produzir ações e campanhas que atingissem os chamados psicopatas, ou seja, os anormais, predispostos e degenerados, numa espécie de eugenização da sociedade brasileira (CARVALHO, 1999, p. 140). Para atingir os diversos estratos sociais e regionais da população, a LBHM fez uso dos modernos meios de comunicação e propaganda, posto entendessem que o público geral ignorava os progressos da medicina mental, laborando convicções errôneas relativas às causas das psicoses, aos modos de assistir e tratar os alienados e à curabilidade das doenças psíquicas. A propaganda tinha, pois, a função de:

[...] difundir as noções mais práticas de higiene mental e de eugénica entre as pessoas das famílias dos doentes. O projeto de difusão incluiu também as semanas antialcoólicas da LBHM, seguindo os princípios comuns da educação higiênica, através do uso de folhetos, filmes, exposições, jornais e revistas de grande circulação e, posteriormente, do rádio (FACCHINETTI; MOTA; MUÑOZ, 2022, p. 92).

Já a LPHM tinha como sede o Hospital de Juquery e, além de Pacheco e Silva, contava com a colaboração de renomados médicos paulistas como Geraldo de Paula Souza, Enjolras Vampré, Marcondes Vieira, Cantídio de Moura Campos, Fausto Guerner, Ferreira Alvim e Durval Marcondes (PACHECO E SILVA, 1952, p. 16). As ações da Liga eram diversificadas,

realizando campanhas de “educação eugênica” em fábricas, escolas, entidades sindicais, na mídia e nas publicações científicas. Nos primeiros anos de funcionamento da LPHM, Pacheco e Silva cedeu as Oficinas Gráficas do Juquery, pequena editora que funcionava nas dependências do hospital, para a criação dos dois veículos oficiais de divulgação das atividades da Liga: os *Arquivos Paulistas de Higiene Mental* e os *Boletins de Higiene Mental*.

O primeiro era um periódico científico no qual os membros da Liga Paulista e das demais ligas de higiene mental espalhadas pelo Brasil publicavam os resultados de suas pesquisas e os relatos de suas atividades. Os *Boletins*, por sua vez, tinham um caráter informativo e apresentavam textos curtos e simples com recomendações morais e indicações de como os indivíduos deveriam se comportar para “preservar a saúde mental individual e de toda a coletividade”. Nesses veículos de divulgação e nas campanhas que realizou, a LPHM alardeava os supostos riscos da “mistura racial”, do uso de bebidas alcoólicas, do “sexo fora do casamento”, da entrada no Brasil de imigrantes “degenerados”, das relações homoafetivas e da crença em religiões espíritas e afro-brasileiras. Também dedicou parte de suas discussões ao universo escolar, sendo central a figura do médico e psiquiatra Durval Bellegarde Marcondes, que, com Franco da Rocha, foi fundador, em 1927, e professor de Higiene Mental da Faculdade de Higiene e de Saúde Pública de São Paulo e, em 1938, criou a Seção de Higiene Mental Escolar, com uma clínica de orientação infantil.

Entre 1944 e 1959, a LPHM lançou dois conjuntos de materiais: uma revista de divulgação e o *Boletim de Higiene Mental*. Este era mais didático, propagandístico e dirigido a trabalhadores, professores e interessados em geral. A primeira revista da LPHM se chamava *Archivos Paulistas de Hygiene Mental* (1928-1930) e observava o “dever dos médicos e pessoas cultas se interessarem pelos problemas da biologia, seguir o desenvolvimento de uma disciplina nova, do qual cada um poderá tirar conselhos úteis a si e aos seus” (ARCHIVOS PAULISTAS..., 1928, [s.p.]).

O primeiro número da revista focalizou temas gerais da higiene mental e a prevenção da saúde mental por meio da atenção à infância e ao que identificavam como psicopatias, envolvendo a sífilis, o suicídio e o uso de álcool e tóxicos. Deu-se atenção também aos envenenamentos em fábricas e oficinas. Para seus defensores, a higiene mental deveria ser entendida como

uma “ciência que tem por fim, manter em equilíbrio o psiquismo humano, melhorando as condições do funcionamento cerebral”. Isso seria feito por meio do “combate às causas que, atuando direta ou indiretamente sobre o cérebro, prejudicam as suas funções” (GUERNER, 1928, p. 97).

Ainda que apresentasse propostas de “educação eugênica”, liderada por Pacheco e Silva, a entidade também militou pela adoção de medidas restritivas como a esterilização compulsória de pessoas com deficiência física ou transtornos mentais, pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial e pela rígida seleção imigratória. Segundo Heleonora Haddad Antunes (2002, p. 92):

Nas terras paulistas a higiene mental parece ter tomado duas direções. Uma de conotação predominantemente eugênica, parecendo sempre adequar o discurso higienista às necessidades de afirmação da prática psiquiátrica como prática médica (centrada no hospital, em um único profissional – o médico psiquiatra – e em terapias predominantemente somáticas como prática médica) representada por Pacheco e Silva e Ferraz Alvim, entre outros. Nesse sentido, vale lembrar que, reafirmar-se como medicina é, para a psiquiatria, a estratégia para adquirir cientificidade e, desse patamar, propor normas de higiene social. A higiene mental é um dos caminhos na busca de reforçar essa legitimidade [...]. Além disso, se por um lado, em nome da higiene mental, o lugar da prática médica é reafirmado à psiquiatria, por outro lado, as teorias eugênicas são utilizadas para a concepção de sociedade advogada pelos psiquiatras da Liga Paulista, num movimento de reafirmação de seu potencial normativo social.

A eugenia foi concebida em termos médicos, em suas diversas especialidades, e na pedagogia, demarcando estratégias na busca de um homem ideal (MOTA, 2003; GÓES, 2015). Para tanto, tratava-se de reconhecer as individualidades, modificando aquelas passíveis de ser tratadas ou identificando aquelas consideradas mórbidas e degeneradas a fim de contê-las (MERCADANTE, 2014, p. 34). Dos estudos obstétricos às ações dos cirurgiões, das práticas sanitárias e de higiene mental, todas incorporavam a eugenia, mas esta era interpretada e praticada de forma diversa e às vezes oposta, concentrando dois pontos de vista: o daqueles que entendiam que as ações ambientais seriam capazes de equacionar a formatação do “homem bom” e o dos que viam na hereditariedade e na genética as únicas formas de modelar um homem dentro do projeto de melhoria racial. Assim, a LPHM foi

um dos foros brasileiros de embate entre neolamarckistas e mendelistas (SOUZA; WEGNER, 2018).

Nessa direção, quando a eugenia ganhou espaço no debate racial da higiene mental, a teoria da degeneração ganhou maior espaço de divulgação, avançando para um ponto importante, esse que infundia no Brasil uma noção de hierarquia racial como democracia social: codificaram uma prática que se desenvolvia naturalmente, atribuindo valor ao grau de embranquecimento da pele. Para Costa (1978, p. 51-52), “desde então, o branco tornava-se superior ao mestiço, que, por sua vez, era superior ao negro”. E foi “essa pesada herança cultural” que a LBHM introduziu “por todos os meios” em seus “programas de higiene mental”.

São exemplares os estudos de Alfredo Elis Júnior sobre São Paulo, que, desde a década de 1920, tratava de explicitar a formação do homem paulista e seus desígnios históricos de homem superior. Partidário das posições de Oliveira Vianna, segundo quem o paulista era racialmente elevado por ser uma “sub-raça superior”, formada exclusivamente pelo índio e pelo branco, predominando na construção da nacionalidade e dando os maiores contingentes de homens que dirigiram a nação desde o império. Em seu *A raça de gigantes*, de 1926, Ellis Júnior já havia difundido essa ideia de construção racial, distinguindo o paulista do brasileiro desde a colonização.

Nesse amplo debate, estudado profundamente por John M. Monteiro, Ellis Júnior emprestou da antropologia física, sobretudo da antropometria, todo um complexo vocabulário científico que indicava uma única direção: o índio do planalto se adequava perfeitamente ao projeto eugênico da “raça de gigantes”. Ele próprio mediu um crânio guaianá, oriundo de uma igaçaba encontrada nas obras da Companhia Antártica Paulista, no início do século XX, com os seguintes resultados: “Esse crânio guaianá é mesatocéfalo, com um índice de 78, mesorrino e megassemo, apresentando, porém, vestígios da raça da Lagoa Santa, em virtude do seu diâmetro basilobregmático, que dá ao crânio uma altura maior do que a dos tupis do sul, mesatocéfalos” (MONTEIRO, 2001).

Isso confirmaria aquilo que sempre haviam apontado os documentos do Frei Madre de Deus e de Pedro Taques: não houve presença negra na formação do povo paulista até o Oitocentos. A partir de então, remetia-se à elite paulista do Novecentos para lembrar que as “camadas sociais mais altas”

não abriram “fenda por onde ele penetrasse, o paulista sempre conservou em fermento, desde os tempos da escravidão, a semente de um velho espírito de afastamento contra o negro” (ELLIS JÚNIOR, 1934, p. 97). Entretanto, é bom salientar que, para Ellis Júnior, deveriam ser rebatidas as teorias raciais do século XIX, principalmente nas discussões em torno da inferioridade do miscigenado. Por isso, afirmou-se categoricamente adversário intransigente das doutrinas defensoras da superioridade racial. Ao sustentar tal posição, não visava defender os afro-brasileiros, mas mostrar que o português formador do paulista em sua origem também era um miscigenado, inclusive com elementos da África, e que isso não o colocava como ser inferior, como diziam as teses de George de Lapouge. Para ele, aqui teria chegado uma cepa de homens brancos e superiores, ainda que miscigenados, “a parte melhor, mais escolhida pela seleção sexual, e eliminando pelas seleções naturais e sociais os elementos inferiores” (ibid., p. 96).

Essa avaliação dava importante sentido à formação dos paulistas, pois, ao se reportar à presença do negro na formação étnica nacional, não identificava nesse grupo uma inferioridade racial, mas social, o que, para ele, era outro argumento. Se não havia impedimentos raciais para a presença negra nessas terras – afinal, sua chegada datava do século XIX, com a cafeicultura –, o ponto a ser tratado era a “inferioridade social”. Nesse sentido, sintetizava Ellis Júnior (ibid., p. 96), “estou convencido de que o negro, mesmo educado, não pode nivelar-se ao branco”, por ter uma inferioridade e um apagamento racial devidos não a causas genéticas, mas sociológicas.

A “inferioridade sociológica” a que o autor atribuía o desaparecimento do negro e do mulato se traduzia numa desmedida inércia. Como esses homens não teriam lutado com ânimo pela concorrência, por ter sido libertos repentinamente, sem prévio aviso ou qualquer preparo para uma condição “superior”, preferiam trabalhos subalternos. Eram modestos, conformados e vencidos pela própria inferioridade, “não chegando a lutar, como os seus congêneres norte-americanos”. Esse déficit populacional do grupo de negros e mulatos em São Paulo levava à ideia de sua extinção, pelo menos no território paulista, e marcava sua desimportância na construção de uma cultura que poderia ser tida como “tipicamente da terra paulista”. Para Ellis Júnior, essa presença negra era alienígena e passageira, porque sua extinção era visível e esperada, tendo três causas básicas:

[...] (a) a absorção pela mestiçagem. As mestiçagens que forem se apurando dentro de contínuos cruzamentos com a estirpe branca acabarão se integrando a esta; (b) inferioridade sociológica. O negro e o mulato deixam-se vencer na luta pela vida. São esmagados pelo branco na concorrência social, coisa que lhes acarreta males a que não sobrevivem; (c) inferioridade fisiológica e psicológica. Que os torna incapazes de resistir ao alcoolismo e a outros vícios e hábitos ruinosos (ibid., p. 107-108).

Na análise de Monteiro (op. cit., p. 42) sobre a obra de Ellis Júnior, era claro “o recado que uma vertente da *intelligentsia* paulista estendia para o resto do país”. Base para a evolução racial, psicológica e econômica de São Paulo, a “sub-raça paulista convertia-se no modelo explicativo para o ‘natural’ progresso e êxito de São Paulo, mesmo com a ameaça vinda do braquicéfalo italiano (*Homo alpinus*) e outros imigrantes, grupos desconhecidos que poderiam manchar o sangue bandeirante do paulista autóctone. Essa posição anti-imigrantista, que vinha em larga medida desde a década de 1920, aprofundou-se com as mudanças políticas trazidas pelo movimento de 1930, desaguando em discursos racistas e com leis de restrição para grupos indesejáveis. Aparentemente, elas eram tratadas como um dispositivo de “proteção nacional”, acobertando a crise política e econômica vivida pelos estados e pelas regiões brasileiras (LUIZETTO, 1975, p. 79).

Nessa direção, “[para] Pacheco e Silva, assim como para grande parte dos integrantes dos movimentos eugênicos e de sua vertente psiquiátrica, a Higiene Mental, todos os problemas sociais tinham origem na presença de ‘elementos inferiores’ na ‘formação racial’ brasileira” (TARELOW, 2020, p. 119-120). Tal perspectiva levou-o a estudar também a infância paulista. Nessa empreitada, visitou nos EUA escolas para os chamados anormais e inaugurou um pavilhão no Hospital do Juquery para meninos, os chamados ‘menores e anormais’, visando o tratamento médico-pedagógico e a prevenção da perversidade e de práticas antissociais. A Escola Pacheco e Silva tinha “capacidade para receber entre 33 e 50 meninos, e seu intuito era a alfabetização e a reeducação dos ‘menores anormais’ que eram ‘educáveis’”. Os considerados não educáveis “permaneciam no Pavilhão-asilo” (SERRA; SCARCELLI, 2012, p. 204).

## **Antônio Carlos Pacheco e Silva: entre publicações, ideias e ações**

A primeira publicação de Pacheco e Silva editada pela Liga Brasileira de Higiene Mental nos dá um bom exemplo dos valores que ele defendia em sua atuação política a partir dos preceitos da psiquiatria eugenista. Nesse texto, editado em 1926, no qual versou sobre *imigração e higiene mental*, Pacheco e Silva propunha ao governo brasileiro que adotasse uma legislação mais rigorosa para qualificar os critérios da entrada de estrangeiros. Com uma série de associações preconceituosas, relacionando o ingresso de imigrantes de determinados povos (que ele classificava como “inferiores”) no com o aumento da criminalidade no Brasil. Em suas palavras:

Temos tido ocasião de observar vários casos que demonstram a necessidade urgente em que se encontram os nossos governos de estabelecer medidas rigorosas a fim de coibir o ingresso de indivíduos perigosos ao nosso meio social. Desnecessário se torna assinalar o alcance de providências nesse sentido, cujos efeitos se fariam sentir imediatamente, não só em relação à criminalidade que entre nós tem aumentado extraordinariamente, como também contribuiria para a seleção da nossa raça, afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações brasileiras [...]. A maioria dos estrangeiros que aportam ao Brasil dirige-se para São Paulo, e é aqui que melhor podem apreciar as consequências da falta de seleção entre eles [...]. Em aqui chegando, tais indivíduos, geralmente infectados pela sífilis, levam vida desregrada, entregam-se ao álcool e não tardam a cair nas malhas da Justiça [...]. O Brasil carece e muito de braços para a sua expansão, mas de gente sadia, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao mesmo tempo um fator eugenético. Não é justo que estejamos a recolher a escuma resultante no fervedouro que agitou a Europa. Aqui fica o nosso brado. Se ele não for ouvido pelos nossos legisladores, ninguém poderá dizer mais tarde, quando as consequências do nosso descaso forem ainda mais dolorosas, que os psiquiatras brasileiros se descuidaram do assunto e que a Liga Brasileira de Higiene Mental não cumpriu o seu programa (PACHECO E SILVA, 1926, p. 10-11).

Dada a sua atuação destacada na defesa dos valores eugênicos e no papel que desempenhava na articulação entre o movimento pela *higiene mental* e os poderes públicos, Pacheco e Silva foi convidado a ministrar a

conferência de abertura do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, nos festejos do centenário da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, entre os dias 1 e 7 de julho. Abriu seu discurso com a seguinte observação:

Meus senhores: bem hajam os abnegados brasileiros que ainda se lembram dos seus compatriotas, preocupando-se com a seleção humana, sem se deixar empolgar pelo extraordinário desenvolvimento material do país, numa época em que muitos cuidam de melhorar as espécies animais e vegetais, deixando no mais completo esquecimento a raça que se forma, sem proteção e sem amparo, sem leis que proíbam a união de elementos malsãos, sem necessário aparelhamento sanitário e educativo (PACHECO E SILVA, 1929, p. 1).

Também salientou a importância das iniciativas que visavam fomentar uma mente humana “ajustada e equilibrada” para a formação e o desenvolvimento da “raça brasileira”. Para ele, se a sociedade e seus representantes julgavam importante a seleção de animais e vegetais para consumo da população, não havia razão para acreditar antiéticas as medidas que visassem perpetuar as “raças superiores” e suprimir as “inferiores”. No mesmo discurso, argumentou:

[...] que as nossas condições exigem, para que os nossos pósteros possam conduzir a Pátria aos altos desígnios que lhe estão fadados. [...] Tempo houve em que a preocupação máxima dos que zelam pela integridade da raça visava a perfeição física; se esse ideal ainda anima os homens bem-intencionados, a civilização moderna vem demonstrando a necessidade em que se encontram as raças novas de cuidarem também da higidez mental. É o cérebro humano o grande propulsor do mundo, que coordena todas as nossas energias, que orienta a nossa atividade individual e coletiva, que drena os nossos impulsos, que educa os nossos sentimentos (PACHECO E SILVA, *ibid.*, p. 2).

Em nenhum momento suas análises consideravam na realidade brasileira a exploração da classe trabalhadora, o racismo, o machismo, a falta de investimentos públicos no fomento à saúde e à educação públicas, a histórica e aviltante concentração de renda no país. Para ele, eliminar gradativamente os “degenerados” e subsidiar a perpetuação dos “elementos eugenicamente superiores” resolveria grande parte dos problemas da nação. Por isso, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, quando as propostas eugênicas restritivas perderam força no mundo todo, Pacheco e Silva seguiu defendendo a necessidade de “sanear a raça brasileira”.

Diante disso, não é difícil entender as razões de seu entusiasmo com as ações restritivas empreendidas pelos eugenistas e pelos movimentos de higiene mental da Alemanha e dos EUA. Cabe lembrar que, entre as décadas de 1920 e 1940, esses dois países foram responsáveis pela esterilização de milhões de indivíduos considerados “degenerados” (CRUZ, 2013, p. 38). Após visitar essas nações, Pacheco e Silva publicou uma série de artigos e proferiu palestras defendendo que as medidas adotadas pelos países por ele visitados fossem implementadas pelo governo brasileiro.

Em 1941, por exemplo, retornando dos EUA, pôde avaliar as mudanças pelas quais passava a psiquiatria local 15 anos de sua primeira visita ao país. Tecendo elogios à crescente incorporação da psiquiatria no currículo das faculdades de medicina e salientando a valorização dos estudos de medicina psicossomática e dos institutos privados de assistência psiquiátrica, exaltou as medidas postas em prática pelos eugenista e pela higiene estadunidenses:

Desde há muito que os psiquiatras, sociólogos, psicólogos e pedagogos vêm, nos Estados Unidos, se preocupando com o grande número de anormais. A generalização dos testes psicológicos surpreende as autoridades americanas, que se impressionaram com a elevada porcentagem de débeis mentais existentes no país, exigindo tratamento médico-pedagógico. O público acudiu prontamente ao apelo do governo no sentido de se adotarem medidas eugênicas e de proporcionar assistência adequada aos anormais, com o objetivo de, na medida do possível, torná-los indivíduos úteis à sociedade, mercê de uma orientação adequada. Um sem número de escolas, institutos e reformatórios surgiram em vários pontos do país. Há, presentemente, nos Estados Unidos, 72 instituições públicas destinadas a anormais e epiléticos, cuja população excede a 90.000 pessoas [...]. Convém salientar o especial cuidado que tais instituições merecem dos homens públicos e dos legisladores americanos, que facilitam todos os recursos destinados a melhorar e aperfeiçoar as instituições desse gênero (PACHECO E SILVA, 1941, p. 437).

Da mesma forma, em 1937, visitara diversos sanatórios e institutos eugênicos germânicos sob o patrocínio e a convite de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, tendo recebido o título de “Senador Honorário do Reich”. Destaque-se que, mesmo que nos anos subsequentes ele tenha feito diversas críticas ao regime de Hitler e negado seu apoio ao nazi-fascismo, o fato é que Pacheco e Silva se encantou com as experiências de seleção racial, esterilização e eliminação empreendidas pelos

alemães. Em seu retorno ao Brasil, concedeu uma entrevista ao jornal *A notícia médica*, na qual declarou:

Estive na Alemanha a convite do Ministério da Propaganda. Foi uma viagem utilíssima, sendo-me proporcionado ensejo de visitar as principais instituições científicas que dizem mais perto com meus estudos. O Ministério da Propaganda requintou em sua gentileza, a ponto de designar um Professor para acompanhar-me em todas essas visitas. Na Alemanha, como em todos os países que visitei, há muita coisa para ver e aprender. Nota-se, em todos eles, excepcional interesse por todos os aspectos do problema de assistência à infância, de assistência social em geral. Na Alemanha, uma das coisas que mais me impressionaram foram os seus institutos dedicados especialmente às pesquisas sobre questões raciais, eugênicas, etc. O que se está fazendo, nesse sentido, é efetivamente coisa de gigantesco e de maravilhoso no plano exclusivamente de ordem científica. Estive demoradamente com o Prof. Fischer, que é o encarregado dos serviços de investigação eugênica. É uma notabilidade na matéria. Visitei ainda os Institutos de Genealogia, de Psicologia, do Gênio e outros mais. Estudei ainda os trabalhos experimentais, que estão sendo realizados sobre a influência do Raio X em face da hereditariedade e da herança. Como se vê, os alemães estão alargando imensamente esse campo de pesquisas científicas, no qual realizam estudos notabilíssimos (O BRASIL FOI..., 1937, p. 6).

Figura 1 - Antônio Carlos Pacheco e Silva (em destaque) sendo recepcionado pela comissão designada pelo Ministério da Propaganda da Alemanha, em 1937.



Fonte: Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Figura 2 - Nota do jornal *O Bisturi* sobre as honorarias recebidas por Antônio Carlos Pacheco e Silva das autoridades alemãs, em 1937.

**PROFESSOR A. C. PACHECO  
E SILVA**

Em 7 de Setembro p.f. aportará em Santos o querido prof. Pacheco e Silvava que foi á Europa representar oficialmente o Brasil no Congresso de Neuro-Psiquiatria Infantil realizado em Paris.

Na Alemanha, onde se houve com raro brilho, foi-lhe conferido pelo governo do "Reich" o honroso titulo de "Senador Honorário" que encheu de júbilo a S. Excia. e á nós.

Como prova de reconhecimento, os acadêmicos de Medicina, preparam-lhe carinhosa recepção, tendo já aderido a todas as manifestações ora em organização pela Comissão.

O C. A. Oswaldo Cruz, promoverá em sua honra grandioso banquete, como expressão do apreço e consideração em que é tido no seu seio o Prof. Pacheco e Silva, que tão bem representou a cultura e a inteligência brasileiras no Velho Mundo.

Fonte: *Jornal O Bisturi*, ano V, nº 22, agosto de 1937.

No âmbito de sua luta em prol dos preceitos da eugenia, Pacheco e Silva dedicou-se a divulgar a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e a esterilização compulsória, o que considerava um "extraordinário benefício" à sociedade. Conhecedor das posições racistas de Pacheco e Silva, o sociólogo Gilberto Freyre o entrevistou para compor o livro *Ordem e progresso* e lhe fez as seguintes perguntas: "O que o senhor pensa sobre a população negra no

Brasil? Veria algum problema se alguma mulher de sua família se casasse com um negro?”. As respostas foram assim narradas:

Nascido em São Paulo, em 1898, de gente fidalga, Antônio Carlos Pacheco e Silva lembra terem sido seus antepassados, abolicionistas, e que em sua casa, viveram “tratadas como pessoas da família, velhas ‘manas’ [pretas], cozinheiras e criadas, às quais votei a maior afeição”. Quanto ao casamento de filha ou irmã sua com pessoa de sangue africano, diz ser “difícil conceber semelhante hipótese”; e evita definir-se sobre o assunto (FREYRE, 1974, p. 242).

Atuando junto à Liga Paulista de Higiene Mental, Antônio Carlos Pacheco e Silva ministrou palestras, publicou artigos e concedeu entrevistas apontando suas convicções sobre as características do que seria uma religiosidade saudável ou mentalmente perniciosa (TARELOW; MOTA, 2015, p. 258). Adepto de um catolicismo conservador e com a batuta de “especialista nos assuntos da mente humana”, condenou e patologizou as práticas espíritas e as religiões de matriz africana, considerando-as primitivas e delirantes. Após participar de algumas reuniões de grupos kardecistas e do candomblé, redigiu avaliações psiquiátricas sobre alguns médiuns e babalorixás na Clínica de Psiquiatria da FMUSP. Após essas experiências, atestou que tanto os médiuns quanto os adeptos do espiritismo e das religiões afro-brasileiras sofriam de “inegáveis transtornos mentais”. Segundo ele:

Isso nos levou à convicção de que, ao lado dos processos fraudulentos conscientes, muitas das manifestações que ocorrem nas sessões espíritas são inconscientes e se apresentam em indivíduos dotados de constituição psicopática [...]. A nossa experiência de alienista nos tem dado o ensejo de ver distúrbios psíquicos deflagrarem em indivíduos de constituição neuropata e em débeis mentais sugestionáveis e crédulos, após presenciarem sessões espíritas ou delas terem participado ativamente. Outras vezes, trata-se de pessoas de constituição hiperemotiva, esquizoide, histérica ou mitomaníaca, cuja predisposição permanecia até então em estado de latência e que só revelaram o seu estado mioprágico nervoso logo após as práticas espíritas. Os indivíduos da raça negra e os mestiços revelam marcada inclinação para o espiritismo, ao qual enxertam numerosas outras práticas de macumba, feitiçarias e candomblés, resíduos de credices ancestrais africanas. Nesse particular, pelo que tem sido publicado se registra fenômeno semelhante nos Estados Unidos (PACHECO E SILVA, 1950, p. 3-4).

Finalmente, no que tange ao papel social das mulheres, Pacheco e Silva defendeu inúmeras vezes que a garantia de uma sociedade equilibrada passava necessariamente pela manutenção da ordem entre das atividades destinadas exclusivamente ao sexo masculino ou ao feminino. Para ele, como para os grupos conservadores a que esteve ligado, caberiam aos homens o trabalho remunerado, o sustento do lar, a disciplina e a segurança de sua família. Às mulheres, por força da natureza, destinavam-se o cuidado dos filhos e de seu marido, o zelo com os afazeres domésticos e a submissão à vontade dos homens, fossem pais ou cônjuges. Aos homens, a força e a razão. Às mulheres, a volatilidade das emoções e a delicadeza nas ações (TOLEDO, 2015, p. 229).

Numa de suas análises sobre dados referentes ao número de pacientes internados no Juquery diagnosticados com sífilis, lamentou o avanço do feminismo e a inserção das mulheres na “luta pela vida”, o que, segundo ele, as expunha a doenças antes restritas apenas aos homens:

A mulher brasileira ainda permanece em situação social mui particular. Cá, como na Europa, as mulheres são em geral caseiras, levam vida calma, e não tomam parte na luta pela vida, – o que as torna menos expostas à sífilis e outras causas adjuvantes da paralisia geral. E como o feminismo vai infelizmente fazendo grandes progressos no Brasil, é de esperar que, quando as mulheres brasileiras conseguirem nivelção social com os homens, não distinga a paralisia geral a diferença dos sexos para a escolha de suas vítimas (PACHECO E SILVA, 1923, p. 12).

Também é notável seu posicionamento sobre o papel social das mulheres num discurso que proferiu quando foi convidado pelos alunos da FMUSP a ser o paraninfo da turma de 1938. Nessa turma, duas mulheres completaram o curso médico e foram, por isso, “homenageadas” pelo professor. Todavia, seu discurso procurou mostrar que as portas da medicina estavam abertas para a prática profissional das mulheres, mas tratou de delimitar os espaços que lhes caberiam. Dirigindo sua fala às duas alunas, Pacheco e Silva (1939, p. 17) afirmou:

A mulher é feita para prestar assistência, sobressaindo em muitas tarefas. Incapaz de esforços físicos da grande cirurgia, ela executa maravilhosamente bem massagens, curativos ginecológicos e a

medicina infantil. O triste hospital é por elas banhado de doçura, de um pouco mais de piedade. Vede-as, ainda, nos laboratórios, realizando experiências sobre ratinhos brancos, manejando o micrótomo, corando preparações. Nada mais lhe convém que essa pequena cozinha delicada da histologia normal ou patológica, da microbiologia.

### **Considerações finais**

É possível concluir que a adesão de Pacheco e Silva à militância política pela via da higiene mental se materializou na defesa de valores conservadores que pretendiam manter o *status quo* vigente. Além de um diálogo simultâneo com a liga nacional e pensadores internacionais do tema, a Liga Paulista de Higiene Mental tentou incorporar em seu debate questões gerais como raça, higiene e educação a partir de um complexo social que se configurava entre nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, empenharam-se esforços no sentido de enquadrá-las às dimensões do que consideravam normal ou patológico.

Não será demais reafirmar que a classificação de pessoas como sãs ou loucas, interná-las por tempo indeterminado e estabelecer os tratamentos que considerassem mais adequados à mudança de comportamento de seus pacientes consistiam num poder enorme para os psiquiatras. No entanto, Pacheco e Silva e a corporação psiquiátrica desejavam mais. Sob a égide da ciência, isto é, da psiquiatria “enfim científica”, Pacheco e Silva buscou intervir no modo de vida das pessoas que estavam fora das cercas dos manicômios. Com ele e seus apoiadores em ação, São Paulo se tornou um grande laboratório de observação, de modo que a ação higienizadora dos psiquiatras poderia, segundo suas pretensões, sanar os problemas existentes e “elevar ainda mais a raça paulista”.

Com os higienistas da mente, Pacheco e Silva militou pela sustentação de uma sociedade eugenizada, considerando que as mulheres deveriam permanecer em suas funções domésticas, os negros e os “degenerados” deveriam ser paulatinamente eliminados e a moral católica, heteronormativa e burguesa não fosse ameaçada. Essas pautas, e outras que foram incorporadas posteriormente, nortearam a vida política de Antônio Carlos Pacheco e Silva nas décadas seguintes, tornando-se o anticomunismo a principal delas.

## Referências

ALBERTINI, P. et al. Reich e o movimento de higiene mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, 2007. pp. 393-401.

ANTUNES, H. H. Raça de gigantes: a higiene mental e a imigração no Brasil. In: PEREIRA, L. M. F. et al. (Org.). **Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos da história brasileira**. São Paulo: Edusp, 2002. pp. 81-104.

ARCHIVOS PAULISTAS de Hygiene Mental: orgam oficial da Liga Paulista de Hygiene Mental, São Paulo, n. 1, 1928.

CARVALHO, A. M. T. Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 1, 1999. pp. 133-156. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000200007>.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CRUZ, R. A. da. Das ervilhas mendelianas ao “décimo submerso”: aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento da eugenia nos Estados Unidos. In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C (Org.). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: FMUSP/UFABC, 2013. v. 2. p. 37-48. (Coleção Medicina, Saúde e História).

DIWAN, P. S. **O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl, 1917-1937**. Mestrado, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2003.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Populações paulistas**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1934.

FACCHINETTI, C.; MOTA, A.; MUÑOZ, P. F. A higiene mental no Brasil: racismo, eugenia e infância no Rio de Janeiro (anos 1920 a 1960) In: CAMPOS, R.; RUPERTHUZ, M. (Org.). **Higiene mental, psiquiatria y sociedad en Iberoamérica (1920-1960)**. Madri: Catarata, 2022. pp. 83-116.

FREYRE, G. **Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república**. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Instituto Nacional do Livro (INL), 1974 (3ª Ed.).

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, SP, Brasil, 2015.

GUERNER, F. Educação do povo: meios de divulgação das medidas tendentes a restringir as psychopatias. **Archivos Paulistas de Hygiene Mental – Orgam Oficial da Liga Paulista de Hygiene Mental**, São Paulo, n. 1, 1928, pp. 97-114.

LUIZETTO, F. V. **Os constituintes em face da imigração:** estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, Brasil, 1975.

MERCADANTE, J. **A psicanálise entre a higiene mental e a Escola Nova na obra de Arthur Ramos:** contribuições à história da educação no Brasil. Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, SP, Brasil, 2014.

MONTEIRO, J. **Tupis, tapuias e historiadores:** estudos de história indígena e do indigenismo. Livre-Docência, IFCH-Unicamp, Campinas, SP, Brasil, 2001.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito:** sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O BRASIL FOI escolhido para sede do 3º Congresso Mundial de Higiene Mental. **A Notícia Médica**, São Paulo, 28 set. 1937. p. 6.

PACHECO E SILVA, A. C. **A Higiene mental:** conceito, generalidades, tendências modernas, campos de aplicação. São Paulo: Departamento de Cultura e Ação Social da Reitoria da USP, 1952.

PACHECO E SILVA, A. C. O Espiritismo e as doenças mentais no Brasil. **Anais Portugueses de Psiquiatria**, v. 2, n. 2, 1950.

PACHECO E SILVA, A. C. A Psiquiatria na América do Norte. **Resenha Clínico-Científica**, v. X, n. 1, 1941. pp. 433-439.

PACHECO E SILVA, A. C. **Discurso pronunciado como paraninfo na cerimônia de colação de grau dos doutorandos da FMUSP da Turma de 1938.** São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

PACHECO E SILVA, A. C. **Discurso ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.** São Paulo, 1929. Mimeo.

PACHECO E SILVA, A. C. **Imigração e higiene mental.** Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, 1926.

PACHECO E SILVA, A. C. Moléstia de Wilson. **Archivos Brasileiros de Medicina**, n. 3, 1923. pp. 311-316.

PROFESSOR A.C PACHECO E SILVA. **O Bisturi**, São Paulo, ano V, nº 22, ago. 1937, p. 8.

SERRA, L. N.; SCARCELLI, I. R. Por um sangue bandeirante: Pacheco e Silva, um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 1, 2014. pp. 85-99.

SOUZA, V. S.; WEGNER, R. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, L.; SALGADO, T. (Org.) . **História da saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2018. pp. 328-355

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TARELOW, G. Q. **Psiquiatria e política: o jaleco, a farda e o paletó de Antonio Carlos Pacheco e Silva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

TARELOW, G. Q.; MOTA, A. Eugenia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antônio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40. **Dimensões**, v. 34, 2015. pp. 255-279.

TOLEDO, E. T. de. História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951). **Temporalidades**, v. 7, n. 2, 2015. pp. 218-238.

VAZ, A. F.; FUCK, L.B. Higiene do corpo e Higiene da mente: algumas raízes da psiquiatrização da educação no Brasil. **Projeto História**, n. 55, 2016, pp.327-354.